

13/08/2021

APEOESP

103

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

DIA 18 DE AGOSTO

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM GREVE

COM TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS EM DEFESA DA NOSSA CARREIRA!

**MANIFESTAÇÃO
15 HORAS NA PRAÇA
DA REPÚBLICA
COM PARALISAÇÃO**

**PELA RETIRADA
IMEDIATA DA REFORMA
ADMINISTRATIVA DE
BOLSODORIA!**

Secretaria de Comunicação

Enquanto encenam a disputa eleitoral visando a presidência da República em 2022, Doria e Bolsonaro (BolsoDoria) estão na realidade unificados no projeto de desmontar e privatizar os serviços públicos.

BolsoDoria antecipa a reforma administrativa

Mais uma vez Doria antecipa no estado de São Paulo as reformas retrógradas que Bolsonaro promove em nível nacional. O Projeto de Lei Complementar (PLC) 26/2021, enviado pelo governador em regime de urgência à Assembleia Legislativa, quer acabar com o “cipoal de legislação”, existente, como está escrito na sua justificativa. Isso nada mais é do que eliminar todas as leis e normas que protegem e promovem a valorização dos servidores públicos, o acesso e a qualidade dos serviços prestados à população que mais precisa.

A relação entre o PLC 26 e a PEC 32 está também explícita nos textos encaminhados pelo governo Doria aos deputados e deputadas. Fala-se, inclusive, na possibilidade de novos projetos de lei se a reforma administrativa de Bolsonaro for aprovada. Ou seja, a perspectiva de PSDB é o desmonte total. Não vamos aceitar!

Desmontar para privatizar

A reforma administrativa de Doria traz para o serviço público do estado de São Paulo as piores práticas das empresas privadas, que em plena pandemia aumentam a exploração e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

A que serve esse desmonte? Por meio da desregulamentação das carreiras públicas, cria-se uma verdadeira “terra de ninguém” na estrutura do Estado, que abre campo para nomeações políticas e apadrinhamentos, entrega de serviços públicos a grupos privados, Organizações Sociais e empresas, por meio de convênios e parcerias, contratos e terceirizações.

Sem concursos, mais precarização

As alterações que o PLC 26 promove na Lei complementar 1093/2009

aprofundam a precarização das carreiras públicas e afetam frontalmente o magistério público paulista, no qual o número de professores temporários mais que dobrou entre maio de 2017 e maio de 2021, passando de 24,7 mil a 67,7 mil, um crescimento de quase 43 mil novos professores categoria “O” na rede. No último ano houve um aumento de 15,8 mil professores temporários - 30,4%, passando de 51,9 mil em 2020 para 67,7 mil em 2021.

Essa situação é resultado da total omissão do governo do PSDB em relação à profissionalização da categoria, que não promove concursos e que, agora, investe na total desregulamentação da carreira do magistério, visando substituir professores efetivos por professores temporários com direitos ainda mais rebaixados, apontando para a continuidade da política de não realização de concursos.

Vários caminhos para demissões

Caso esse PLC seja aprovado, temporários poderão ser contratados para substituir professores grevistas e aqueles professores que forem mal avaliados em processos de avaliação de desempenho que serão implementados.

Importante dizer que a Bonificação de Resultados instituída pelo PLC 26 embute também avaliação de desempenho em relação a metas que serão estabelecidas para todo o funcionalismo por uma comissão formada exclusivamente por secretário de Estado, sem nenhuma participação dos servidores. Esta avaliação poderá ser usada para justificar demissões por insuficiência de desempenho, algo que está previsto também na reforma administrativa de Bolsonaro.

O projeto também diminui de 30 para 15 dias o número de dias necessários para que o servidor incorra em “inassiduidade”, que pode levar à sua demissão, no caso de não retornar ao trabalho após o término de licença-saúde ou se esta for indeferida. O mesmo vale para o caso de servidor desincorporado do serviço militar.

No caso da licença-prêmio, suas disposições são alteradas, reduzindo o número de faltas em cinco anos para que o servidor perca o direito de gozá-la das atuais 30 faltas para 25.

Mais arrocho salarial

Nossos salários estão congelados desde 2014, com um pequeno reajuste de 7% em 2018, resultado de muita luta. Além de não reajustar nossos salários, Doria estabelece no PLC 26 uma série de medidas que reduzirá ainda mais os rendimentos dos servidores, como, por exemplo:

-> A própria Bonificação de Resultados é um caminho para que o governo evite os reajustes salariais lineares, adotando remunerações diferenciadas de acordo com o atingimento das metas.

-> Preferência para a compensação via bancos de horas do trabalho feito pelos servidores além de suas jornadas de trabalho. O pagamento em dinheiro de horas extras será feito apenas em casos excepcionais.

-> Redução dos salários dos professores temporários a no máximo 90% dos salários pagos àqueles professores efetivos a quem estarão substituindo.

ORGANIZAR AS CARAVANAS PARA O ATO DO DIA 18 DE AGOSTO

As subsedes devem promover a paralisação da categoria em suas regiões no dia 18 de agosto, alertando para a gravidade das mudanças embutidas no PLC 26, por meio da realização de visitas às escolas – com todos os cuidados necessários – e também reuniões virtuais. Para tanto, utilizar os materiais explicativos que serão encaminhados pela Sede Central.

Devem também organizar as caravanas para o ato na Praça da República, com professores e professoras que tenham completado o ciclo vacinal, observando-se o uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento social e demais medidas de proteção.

Uma carta unificada, assinada por dezenas de entidades sindicais do funcionalismo, está sendo encaminhada a todos os deputados e deputadas, pela retirada do PLC 26. A carta continua recebendo adesões e logo estará circulando uma nova versão, com mais assinaturas.

QUEREMOS REAJUSTE SALARIAL DE 29,25%

Além de lutarmos pela retirada imediata da reforma administrativa de BolsoDoria (PLC 26), estamos em luta também pelo reajuste de 29,25% necessário para que nossos salários voltem a se equiparar ao piso salarial profissional nacional.

Lembramos que continuamos empenhados na batalha judicial pelo pagamento do reajuste de 10,15% referente à atualização do valor do piso em 2017. Nesta ação, fomos vitoriosos em todas as instâncias e, no entanto, tivemos o pagamento desse reajuste bloqueado no Supremo Tribunal Federal

A LUTA CONTRA OS PROJETOS EXCLUDENTES CONTINUA

Continuamos em luta contra os projetos excludentes de Doria/Rosieli, que rebaixam a qualidade do ensino. As subsedes estão recebendo variados materiais, entre eles uma cartilha sobre o velho “novo” ensino médio, cartaz explicativo, folder sobre o NOVOTEC. Folder sobre o EJATEC já havia sido encaminhado anteriormente.

Todos esses materiais devem ser utilizados em visitas às escolas, no diálogo com professores, estudantes, pais e comunidade de forma geral. Esses mesmos materiais estão disponíveis no portal da APEOESP, no link Publicações.

EM DEFESA DA VIDA, DENUNCIAR AS CONDIÇÕES DE INSEGURANÇA SANITÁRIA NAS ESCOLAS

Como decidido em reunião anterior da Diretoria da APEOESP, todas as subsedes devem constituir comissões de fiscalização, visitando as esco-

las que mantêm atividades presenciais, verificando suas condições de funcionamento. A qualquer sinal da unidade não oferecer condições de segurança sanitária ou na existência de casos de Covid, a escola deve ser fechada, realizando-se todos as atividades em sistema de teletrabalho.

Denúncias podem ser feitas junto ao Ministério Público e o departamento jurídico da APEOESP na região deve ser acionado quando necessário.

APEOESP repudia mais um ato de racismo

A rede de hipermercados Assaí, na cidade de Limeira, interior de São Paulo, protagonizou mais um lamentável caso de racismo ao acusar injustamente o cidadão negro Luiz Carlos da Silva, de 56 anos, de furto no interior do estabelecimento. Para demonstrar que era inocente, o senhor Luiz Carlos precisou despir-se, mantendo-se apenas de cuecas, até que a injusta acusação fosse retirada.

Absurdo que ainda tenhamos que conviver com esta desumanidade. É inaceitável que pessoas sejam discriminadas e rotuladas pela cor de sua pele. Em que pesem campanhas e pronunciamentos, o racismo estrutural segue arraigado na nossa sociedade. Não podemos aceitá-lo. Não podemos normalizá-lo no nosso cotidiano.

Lamentavelmente, é uma situação que vem se agravando com a presença de um presidente intolerante e preconceituoso à frente do governo federal.

A APEOESP repudia veementemente a ação do supermercado e de seus empregados envolvidos nos fatos. O Brasil tem maioria de população negra e é urgente que profissionais de segurança, entre outros, tenham orientações adequadas que assegurem o respeito e a dignidade de todos os cidadãos. Mais urgente ainda, é que o estabelecimento e empregados que protagonizaram as lamentáveis cenas, sejam punidos de acordo com a legislação vigente.